

2ª quinzena de agosto de 2000

AD
VERSO

Jornal da Adufrgs

nº 67

Transgênicos

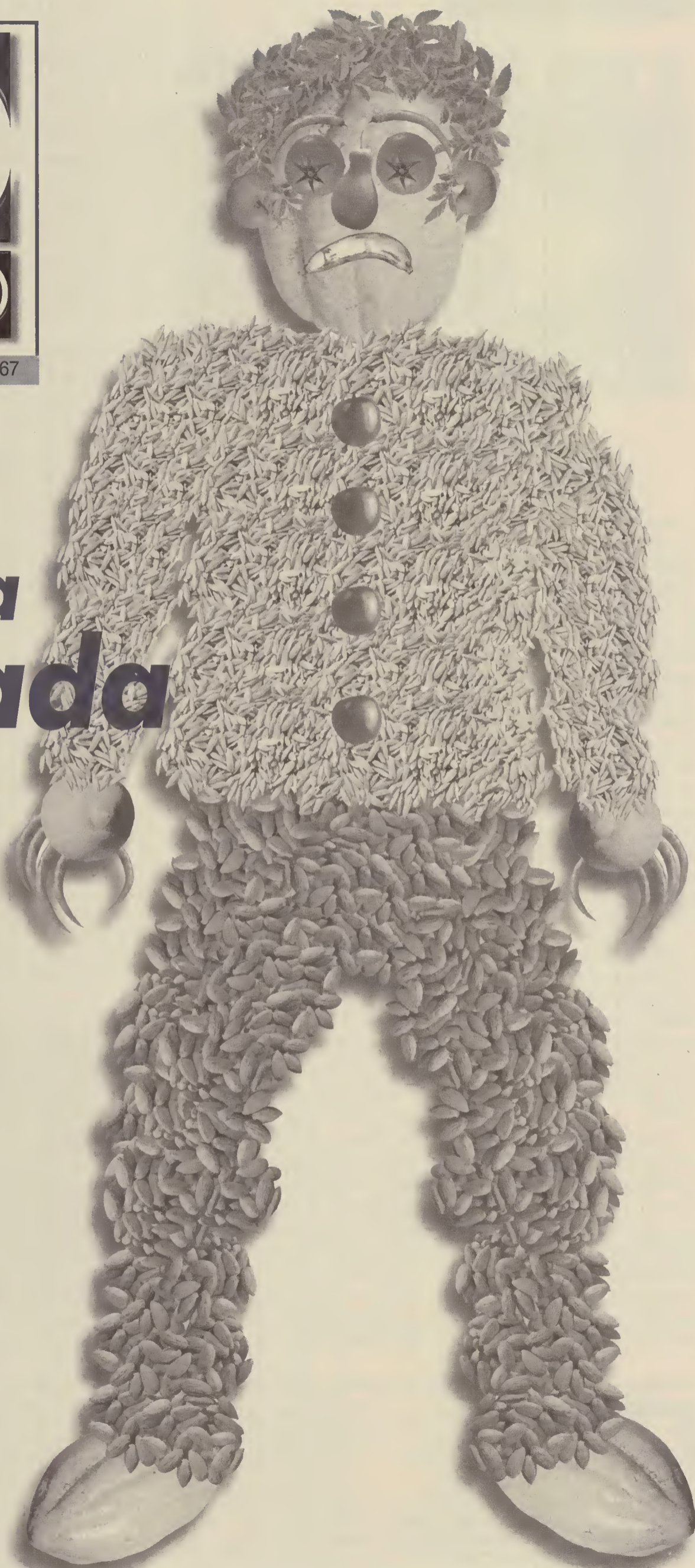
A natureza desafiada

Mais do que uma disputa entre ecologistas e indústria biotecnológica, a questão dos transgênicos coloca frente a frente dois modelos de desenvolvimento econômico e social. Ao proibir o cultivo desses produtos, o governo do Rio Grande do Sul colocou lenha numa fogueira que mistura problemas éticos, ambientais, políticos e econômicos.

Páginas 6 e 7

De 2 a 7 de setembro, os brasileiros poderão dizer não à Dívida Externa. O Plebiscito, organizado pela CNBB, CUT e outros movimentos sociais também está sendo promovido pela comunidade universitária da Ufrgs. O presidente da Adufrgs, Carlos Schmidt, diz que a importância do plebiscito tem dimensões internacionais e convoca os professores a participar.

Editorial e página 4



A VIDA ACIMA DA DÍVIDA



ARTE GERSON SCHNEIDER

Coragem para conquistar a soberania

Dentre as discussões que preparam o plebiscito sobre a dívida externa, se realizou um painel dia 23 de agosto, com a presença de painelistas do Chile, Argentina e México. A primeira constatação é sobre a semelhança das situações de endividamento, bem como das políticas de ajuste para cumprir os compromissos assumidos (ou impostos). Parece claro que aquilo do qual acusavam os comunistas no passado, a saber, conluio internacional, para desenvolver suas ações para tomada do poder no mundo inteiro, hoje é prática e privilégio do grande capital.

O mais interessante é que isto é feito sem assumir diretamente o poder. Existem muitos candidatos a prepostos, que fingem dirigir os países, mas que praticam exatamente as políticas que interessam o grande capital.

Um dos painelistas, o professor Cademartori, ex-ministro de Allende, mostrou como, no governo do qual era ministro, não aceitou as imposições do FMI e estabeleceu como limite o pagamento de 5% das receitas de importação no lugar de 40% exigidos para servir à dívida externa.

A articulação política feita com setores progressistas do mundo industrializado impediu que retaliações do tipo bloqueio econômico fossem praticadas. A pergunta que fazemos é: o que "eles" vão fazer se tivermos uma atitude soberana? Talvez deixem de investir no Brasil por algum tempo. Isto seria um problema se saem, por conta da dívida, mais recursos que entram? Interromper o comércio externo? Muito difícil, pois os agentes que têm interesse no comércio não são necessariamente os mesmos que detêm os créditos de nossa dívida. E legitimidade política para retaliar quem vai usar os recursos para alimentar, cuidar da saúde e educação de sua população?

E a opinião pública dos países centrais?

É verdade que todas as questões postas têm resposta incerta, mas o que é certo é que a retrospectiva histórica nos encoraja a enfrentar este problema de forma soberana. O que também é uma certeza é que, a continuar este processo de expolição, teremos mais exclusão, mais miséria, mais violência e sofrimento para a maioria do povo brasileiro.

OBSERVATÓRIO

Incompreendidos

De acordo com dados do psiquiatra Geraldo José Ballone, divulgados no site "Psiquiweb" (<http://sites.uol.com.br/gballone/aprendiza.html>), atualmente, o suicídio de adolescentes mata mais jovens entre 15 e 19 anos do que doenças como o câncer e problemas de coração. A taxa do suicídio na adolescência aumentou em mais de 200% na última década. Estudos recentes mostram que mais de 20% dos jovens, na população geral, têm problemas emocionais e um terço dos que procuram clínicas psiquiátricas sofrem de depressão.

Rombos e desvios

De rombo em rombo o Brasil vai a pique. A cada semana são descobertos novos megadesvios de dinheiro em instituições financeiras do País. Além dos R\$ 169 milhões para a construção do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, chegam a conhecimento público os desvios de US\$ 120 milhões do Fundo de Pensão da Caixa (Funcef) e de R\$ 226 milhões da Banestado Leasing, do Banco do Estado do Paraná. De Norte a Sul do Brasil, os escândalos envolvem gente dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A lista inclui o juiz foragido Nicolau dos Santos Neto ao lado de nomes de suspeitos como Eduardo Jorge, o ex-senador do Sergipe e ex-ministro do Interior João Alves Filho e empresários, essa gente toda que é responsável direta pela miséria no País.

Rouba, mas faz ...

A Organização Não-governamental Transparência Brasil iniciou uma importante campanha publicitária em jornais de circulação nacional. Com o slogan "Rouba, mas faz... Corrupção custa caro para o País e muito mais caro para nossa gente", a ONG traz dados sobre a corrupção no Brasil. Um de seus anúncios traz a seguinte informação: "se a corrupção no Brasil fosse reduzida a índices se-

melhantes ao do Canadá, por exemplo, a renda média anual de cada brasileiro aumentaria em cerca de seis mil reais". O anúncio termina com a seguinte mensagem: "Vote certo e ajude a fazer do Brasil um país mais justo, mais rico e melhor para todos nós. Voto não tem preço, tem consequências".

As mais cruéis

Transgênicos e guerra na Colômbia. Dois importantes assuntos tratados nesta edição do ADverso aparecem em uma mesma reportagem na edição da Folha de S. Paulo do dia 20 de agosto. O curioso é que os dois estão envolvidos em um mesmo tema: a iminente guerra civil no país vizinho. Numa entrevista com o comandante das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), Raúl Reyes, o enviado especial do jornal, Thomas Traumann, teve que fazer suas perguntas no meio da selva, sob o olhar atento de quatro seguranças de Reyes. Detalhe importante: quatro mulheres. "Escolho mulheres, porque elas são mais cruéis", explicou o comandante.

Armas biológicas

Quanto aos transgênicos, a preocupação é com a possibilidade de os Estados Unidos utilizarem armas biológicas na guerra contra as Farc. Os EUA estariam pressionando a Colômbia para que fosse usado o fungo *Eusarium oxysporum*, desenvolvido para destruir folhas de coca. A questão inquietante é que o fungo nunca foi testado nas condições da floresta amazônica, onde poderiam ocorrer, alerta o jornal, possíveis mutações. Muitas das ações militares vão ocorrer em áreas cortadas por rios que seguem até o Brasil. Se o fungo transgênico for utilizado, é possível que chegue ao País.

Reprodução



Colômbia: armas biológicas na Amazônia podem ter efeito muito mais devastador do que o agente laranja usado na selva do Vietnã (foto)

Diretoria

Presidente: Carlos Schmidt;
1º Vice-Presidente: Lúcio Hagemann;
2º Vice: Elisabete Búrigo;
1ª Secretária: Regina Witt;
2ª Secretária: Daniela Fialho;
1º Tesoureiro: Edson Lindner;
2º Tesoureiro: Mário Brauner;
1º Suplente: Rubens Weyne;
2º Suplente: Jaqueline Moll

COLÉGIO APLICAÇÃO

Ensinando e aprendendo

Programa de Ensino Médio dirigido aos servidores valoriza o saber adquirido ao longo da vida

Fotos Gil Cafrune Gosch

"Recuperar o tempo perdido", é assim que os alunos do Programa de Ensino Médio para Jovens e Adultos Trabalhadores da Ufrgs (Pemjat) encaram a oportunidade que estão tendo. A maioria dos seus 70 alunos matriculados já havia participado do Projeto de Formação no Ensino Fundamental, o Pefjat, também destinado aos funcionários da universidade.

As aulas regulares do Pemjat estão ocorrendo às segundas, quartas e sextas-feiras, das 16h às 20h10min, no Colégio de Aplicação. Às quintas, ocorrem oficinas de enriquecimento curricular. O programa, ao todo, vai durar quatro semestres e os alunos sairão com o diploma do Ensino Médio (antigo 2º Grau), emitido pelo Aplicação.

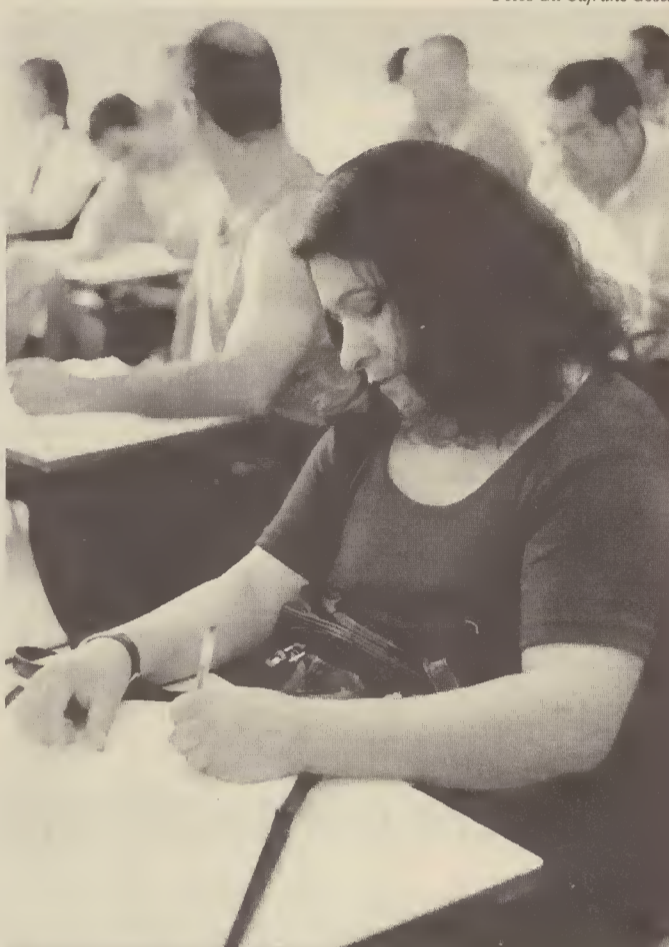
O currículo do curso é dividido em três grandes blocos de conhecimento: Ciência e Tecnologia, Sociedade e Cidadania e Linguagens, buscando uma formação plural, em que os conteúdos são dimensionados nos diferentes campos do conhecimento. Cada bloco desenvolverá um tema por semestre. "Na área de Ciência e Tecnologia, vamos trabalhar medidas e propriedades da matéria, conciliando conceitos de matemática, de física etc", explica Édson Lindner, professor de química do Aplicação. No bloco de Sociedade e Cidadania, o "Trabalho" vai ser o tema predominante. Em Linguagens, o conceito de "Identidade" vai ser construído a partir da produção de textos e do estudo da obra de Érico Veríssimo.

Relação com o mundo

Estudantes dos cursos de licenciatura da Universidade recebem bolsas-auxílio da Pró-Reitoria de Graduação para ministrar as aulas do Pemjat. A preparação dos encontros é orientada por docentes do Colégio de Aplicação, em reuniões semanais. "O nosso objetivo com o programa é qualificar funcionários, mas, também, formar professores", explica a professora Anilda Orlandini, uma das idealizadoras do projeto.

A dinâmica das aulas segue preceitos teóricos da educação popular, baseados na obra de Paulo Freire. Nelas, aluno e professor constroem o conhecimento de acordo com a realidade de vida de cada um e da sua relação com o mundo. "Eles têm um conhecimento adquirido ao longo da vida. O que fazemos é considerar essa vivência e ajudar o aluno a sistematizar esse saber", explica a pedagoga Maria Conceição Stumpf, uma das idealizadoras do Programa.

Os acadêmicos envolvidos no projeto concordam com a riqueza da experiência de trabalhar com adultos. Para eles, o desafio é tornar as aulas mais dinâmicas que as habituais, pois os adultos questionam muito mais e não aceitam as coisas tão facilmente. "Eles querem aproveitar o máximo porque não têm tempo a perder", ressalta Fabiana Souza, do 8º semestre da



Metodologia: dinâmica das aulas segue preceitos teóricos da educação popular, onde alunos (a cima) e professores (a baixo) constroem o conhecimento de acordo com suas experiências de vida e relação com o mundo



Licenciatura em Matemática. O retorno profissional não se reduz a um parágrafo a mais no currículo profissional dos acadêmicos. "Mais aprendemos do que ensinamos", reconhece Christine Camargo, colega de Fabiana na Matemática.

FÓRUM SOCIAL

Stédile, Bové e Machel confirmaram presença

Acontece em Porto Alegre, no dia 5 de setembro, o primeiro ato de apresentação do Fórum Social Mundial (FSM 2000) no Brasil. O evento inicia às 15h, na Casa de Cultura Mário Quintana, com a presença do fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado, que lançará seu livro "Êxodos". Dia 30 de agosto, antecipando o lançamento, realizou-se uma plenária das organizações sociais que estão aderindo ao FSM 2001, que vai acontecer de 25 a 30 de janeiro do ano que vem na capital gaúcha. Durante a plenária foi instalado o comitê gaúcho, que vai organizar as atividades políticas e culturais paralelas ao Fórum.

O lançamento internacional aconteceu em junho, em Genebra. Outro vai acontecer em São Paulo ainda no mês de setembro.

Três nomes já confirmaram presença no Fórum Social Mundial em Porto Alegre: João Pedro Stédile, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST); José Bové, líder da Confederação Camponesa da França conhecido por ter liderado uma manifestação contra a multinacional McDonalds às vésperas da reunião da OMC em Seattle; e Graça Machel, militante das lutas de independência no continente africano.

O Comitê de Organização do FSM 2001 começou a enviar os convites aos palestrantes no início de julho, depois do encontro de Genebra que confirmou o evento em Porto Alegre. Até agora já foram convidadas 13 pessoas, entre elas o lingüista Noam Chomski, Frei Betto e Jesse Jackson, reverendo norte-americano que luta pela afirmação dos direitos humanos. Mais de 60 personalidades mundiais deverão comparecer ao Centro de Eventos da PUC nos dias do FSM 2001. Os painéis vão ocorrer pela parte da manhã dos dias 26 a 29 de janeiro. À tarde o Centro de Eventos estará disponível para oficinas organizadas pelas ONGs e movimentos sociais presentes no Fórum.

Amor à camiseta

Diversas experiências educativas já foram aplicadas para o ensino de jovens e adultos no País desde as desenvolvidas por padre Anchieta no período colonial. No início dos anos 60, o pedagogo Paulo Freire coordenou uma campanha de alfabetização nacional e seu trabalho se tornou referência teórica na educação para adultos. Recentemente, projetos como o Mova, em

São Paulo, e o Seja, em Porto Alegre, estão retomando propostas nesse sentido.

Na Ufrgs, a requalificação dos servidores surgiu em 1988, com o Curso de Terminalidade Escolar para Funcionários. Duas turmas foram criadas para alfabetização dos servidores. A demanda cresceu e foi constituído o Programa de Ensino Fundamental Jovens e Adultos

Trabalhadores (Pefjat), atualmente com 200 alunos.

A necessidade de continuar a formação posterior ao ensino fundamental (antigo 1º Grau) mobilizou professores da Faculdade de Educação, do Pefjat, do Colégio de Aplicação e as Pró-Reitorias de Recursos Humanos e de Graduação. As professoras Anilda Orlandini, Maria Conceição

Stumpf e Nara Pampanelli, todas aposentadas pelo Aplicação, foram convidadas para estruturar o projeto. "Estamos fazendo isso por amor à camiseta e por entender a importância do ensino e da pesquisa no Aplicação", diz Anilda. A coordenação administrativa do Pemjat é do professor Antônio Carlos Castrogiovanni, do Colégio de Aplicação.

MOBILIZAÇÃO

Plebiscito da Dívida tem importância internacional

O Plebiscito da Dívida Nacional, que será realizado de 2 a 7 de setembro, em todo o Brasil, é um movimento amplo, de dimensões que extrapolam as fronteiras do País. É internacional, um movimento de reação contra a lógica do financeiro, predominante". Essa é a opinião do presidente da Associação dos Docentes da Ufrgs (Adufrgs), Carlos Schmidt. Para ele, o próprio mote da campanha, "A Vida Acima da Dívida" (frase do Papa João Paulo II) demonstra sua importância. "Sem falar que se trata de pagar uma dívida de validade duvidosa, que está dentro de uma dinâmica financeira ditada por um mercado assimétrico, que privilegia as elites", afirma.

Mais do que uma consulta, os organizadores do Plebiscito – entre eles a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – querem levar o debate sobre o assunto à opinião pública. Para a CNBB, o importante é que os cidadãos tenham consciência de que a dívida é uma das causas do aprofundamento de problemas sociais. Na esteira, vem a pauta de mobilizações populares e o questionamento do modelo econômico neoliberal adotado pelo governo FHC.

Outro objetivo do movimento é uma auditoria pública das dívidas, a suspensão do pagamento da dívida externa e a adoção de controle sobre política de endividamento.

Quanto mais se paga, mais cresce a dívida brasileira. Em 1994, ela somava US\$ 148 bilhões. Nos últimos quatro anos, os brasileiros pagaram US\$ 126 bilhões – R\$ 226,8 bilhões –, mesmo assim a dívida passou para, hoje, US\$ 235 bilhões, conforme dados do Banco Central.

Adverso – Por que os professores devem apoiar o Plebiscito da Dívida?

Carlos Schmidt – Porque, em primeiro lugar, como cidadãos – e a gente supõe que estão em concordância de que a vida está realmente acima da dívida – eles devem participar ativamente do Plebiscito. Em segundo lugar, porque as dificuldades criadas na universidade são fruto de uma política que privilegia o pagamento da dívida aos investimentos em saúde, educação etc.

TRANSPARÊNCIA

“Voto não tem preço, tem consequência”

Do técnico da Seleção ao ex-secretário geral da Presidência, passando por parlamentares, juízes e empreiteiros. Sonegação de imposto de renda e suspeita de envolvimento em desvio de dinheiro público são alguns dos casos que recheiam as manchetes dos jornais brasileiros, principalmente nestes últimos meses. São tantos os escândalos – a Folha de S. Paulo divulgou uma lista com mais de 100 obras em que há suspeita de má utilização do dinheiro público – que o governo federal se apressou em lançar um pacote para tentar conter a corrupção.

O presidente Fernando Henrique Cardoso argumenta que as medidas darão maior transparência nas relações com o setor privado e criarão mecanismos de punição a pessoas do governo que se envolvam em escândalos com dinheiro público. Entre outras coisas, ele propõe uma quarentena de quatro meses – com o salário pago pela União –, antes que ex-funcionários federais possam trabalhar no setor privado. O objetivo alegado é impedir o uso de informações privilegiadas. Porém, o mesmo governo que elaborou o pacote anticorrupção opõe-se intransigentemente à instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a participação do Executivo no escândalo do TRT de São Paulo. Como foi gestado, o pacote anticorrupção parece mais uma cortina de fumaça do que uma iniciativa capaz de "apurar os fatos até as últimas consequências", como bravateou FHC.

A proposta de transparência do governo, aliás, vem na

esteira de outras iniciativas da sociedade civil. Entre as organizações em maior evidência, está a Transparência Brasil, ligada à organização não-governamental Transparency International. Formada por juízes, empresários e profissionais liberais, promove uma ampla campanha de combate à corrupção no Brasil.

A Transparency International divulga anualmente o Índice de Percepção da Corrupção, que mede o fenômeno em 99 países, numa escala que vai de dez (altamente limpo) a zero (altamente corrupto). O Brasil recebeu 4,1 no ano passado, ficando em 46º lugar. Outra pesquisa é o Índice de Percepção de Pagamento de Propinas, entre os 19 maiores países exportadores do mundo. Por ele, a China, Coréia e Taiwan sediam as empresas que mais corrompem para conseguir exportar seus produtos e serviços a outros países.

O Brasil é um prato cheio de rombos milionários em fundos de pensão, desvios de verbas, de dinheiro de bancos, favorecimentos etc., onde se encontram envolvidos personalidades do Executivo, Legislativo e Judiciário. Tudo, conforme a entidade, fruto da má escolha na hora de votar. Em clima de Transparência Brasil, um movimento no Maranhão está tentando conscientizar a população de que o preço do voto é a miséria das populações. Com o slogan "Voto não tem preço, tem consequência", juízes e um promotor de Justiça, apoiados pela Igreja Católica, estão promovendo atos públicos em cidades do interior do Estado. Os promotores já vem sendo alvo de ameaças de morte.

Professor é eleito presidente da CUT Nacional



João Felício presidiu o sindicato dos professores do Estado de São Paulo

O professor João Felício, da Articulação Sindical, é o novo presidente da Central Única dos Trabalhadores. Ele foi eleito dia 19 de agosto, no 7º Congresso Nacional da CUT (Concut), com 56,89% dos 2.259 votos em disputa. Em segundo lugar, ficou a chapa 4, da Alternativa Sindical Socialista, em conjunto com o Movimento para uma Tendência Socialista, com 24,12%. A chapa 1, da Corrente Sindical Classista, obteve 14,92% dos votos e a chapa 2, de O Trabalho, 4,07%.

João Felício promete mudar o perfil da maior central sindical do País. Segundo ele, a nova CUT vai se preocupar mais com o cidadão, com as minorias, e não ficará restrita às questões trabalhistas. Ele destaca o papel da entidade na defesa dos direitos da mulher, da saúde pública, e no combate ao trabalho infantil.

Na opinião dos delegados, a CUT deve continuar sendo uma entidade democrática, classista, de massa, independente do Estado, dos patrões e dos partidos políticos, que tem como meta a liberdade e autonomia sindical.

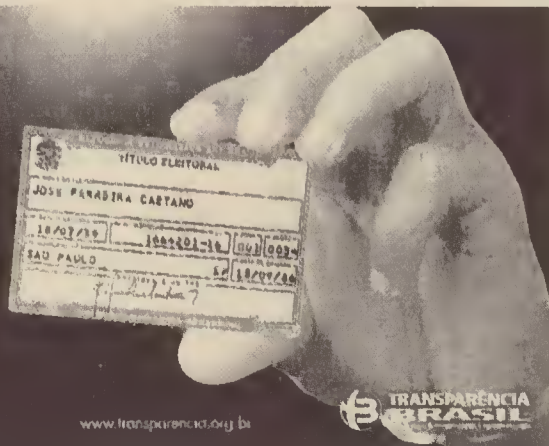
O professor Rubens Weyne, da diretoria da Adufrgs, integrou a delegação gaúcha que participou do Congresso em São Paulo.

No debate realizado no Congresso sobre “Estratégias de Ação da CUT”, a plenária do 7º Concut aprovou, entre outras, as seguintes propostas:

- ✓ elaboração de uma política que reforce e qualifique a ação sindical da Central nas negociações por salários e melhores condições de trabalho
- ✓ lançamento de uma campanha nacional pela redução de jornada de trabalho, sem redução salarial
- ✓ campanha nacional pelo fim do banco de horas e das horas extras
- ✓ luta por um sistema público de emprego.

Reprodução

**CONTRA A CORRUPÇÃO
USE ESTA ARMA.**



CORRUPÇÃO CUSTA CARO PARA O PAÍS E MUITO MAIS CARO PARA NOSSA GENTE.

www.transparencia.org.br



AÇÕES DA PETROBRAS

Governo Federal prepara golpe contra os trabalhadores

"Somos contra a venda de ações da Petrobras sob qualquer tipo e modalidade, pois isso significa o início da privatização da empresa", diz o engenheiro Heitor Pereira, diretor de Patrimônio da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet). Ele se refere às recentes investidas do governo federal, em vender 30% da Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), em Canoas, e da idéia de comprometimento de ações ordinárias da Petrobras (que não dão direito a voto) para trabalhadores, via Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Dia 31 de agosto, ele e outros integrantes da entidade estarão na Ufrgs palestrando sobre estes temas. Junto, vem o baiano Bautista Vidal, autor de vários livros sobre energia, e um dos principais defensores da Petrobras pública.

Em qualquer uma das modalidades, o que o governo está fazendo é comprometer, a médio prazo, o controle das ações da estatal. "Quem pode dizer que não haverá algum malabarismo, por parte do governo, para que um dia essas ações não possam passar a dar direito a voto? Isso significa a União perder o controle acionário da empresa", reflete Heitor. Conforme a Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), o governo FHC vai atrair os trabalhadores com uma campanha milionária para que comprem ações ordinárias da Petrobras.

Um outro aspecto da questão é que a campanha, na qual o governo vai gastar R\$ 8 milhões em divulgação, poderá se constituir, de fato, no confisco definitivo da poupança daqueles que se iludirem e comprometerem seu dinheiro. Um artigo que está sendo divulgado na página da Aepet na Internet (www.aepet.org.br) mostra os riscos que os trabalhadores correm. Para perder dinheiro, "basta que haja uma desvalorização das ações das empresas do setor, motivadas, por exemplo, por uma redução no preço do petróleo negociado entre os países importadores, aí incluído, os EUA e o cartel do petróleo", lembra o diretor de patrimônio da entidade, Heitor Pereira.

Sobe-desce

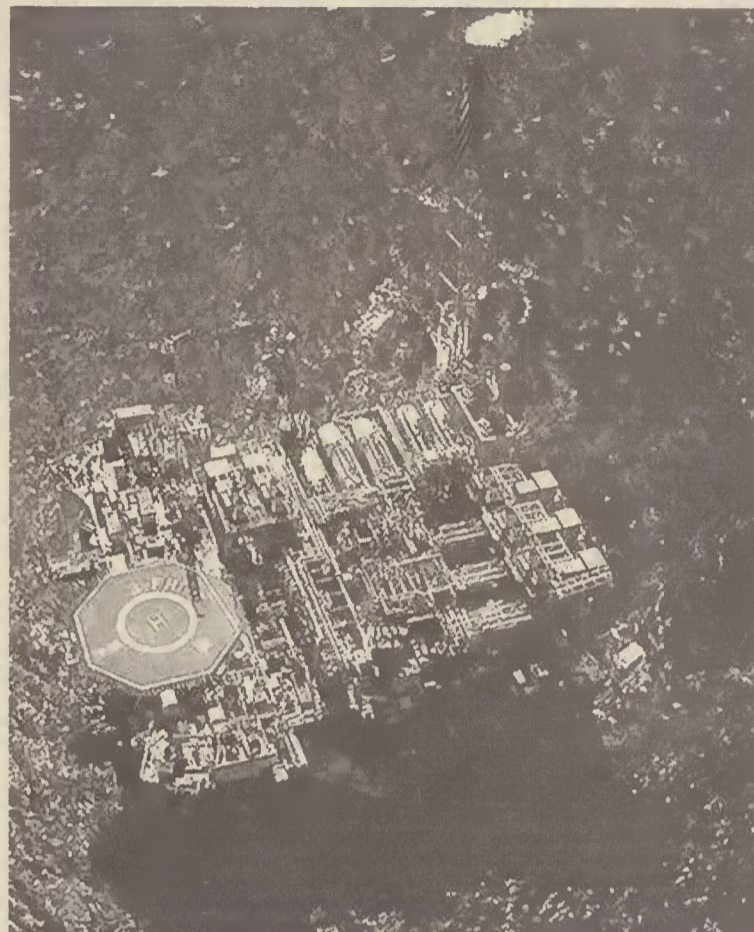
Nos últimos 12 meses o valor das ações ordinárias da Petrobras (lote de 100 ações) subiu de R\$ 7,00 para R\$ 52,00 (642,8% de aumento). Só em junho, o preço do

lote cresceu 30%. Mas os engenheiros alertam que elas estão valorizando apenas para atrair investidores. "Foi o aumento do preço do petróleo associado com a política de a Petrobras praticar preços nivelados com os do mercado internacional, medida tomada por este Governo para justificar a inclusão da empresa no plano de privatização, o que originou a condição atual de lucro da Petrobras".

Segundo Heitor, o que não é lembrado pelo governo, nem será em sua campanha, é que, devido à desvalorização do real em relação ao dólar, até o terceiro trimestre de 1999 a Petrobras apresentava prejuízo. "Não há nenhuma garantia de que, amanhã, o mercado internacional possa cotar o barril de petróleo a US\$ 10,00 ou menos", explica. Conforme a associação, pode vir por aí uma brutal desvalorização das ações da Petrobras, que poderão cair de R\$ 52,00 para até R\$ 7,00 (642,8% de desvalorização). Por exemplo: um trabalhador que comprar R\$ 10 mil em ações, a R\$ 46,40 (com 20% de desconto previstos) poderá ter seu FGTS reduzido a R\$ 1.541,85.

Heitor avalia que, com sua proposta, o governo está descaracterizando o FGTS. Ele lembra que o fundo funciona como uma reserva para o caso de o trabalhador ficar desempregado, como um fôlego até que ele arrume um novo emprego. "Agora ele quer alterar este objetivo. E se posso utilizar o FGTS para comprar ações da Petrobras, por que não posso comprar ações de outras empresas, como a Brahma e outras, por exemplo", aponta. Outra questão ressaltada pelo engenheiro: "A Bolsa, no Brasil, é manipulada por meia-dúzia. Comprando ações o trabalhador vai entrar numa roleta".

Na prática, a coisa se complica ainda mais. O FGTS não será utilizado para a compra direta de ações, mas



Divulgação

Faça a conta

○ trabalhador que comprar R\$ 10 mil em ações, a R\$ 46,40 (com 20% de desconto previstos) poderá ter seu FGTS reduzido a R\$ 1.541,85.

R\$ 10 mil (FGTS)	X	R\$ 7,00 (preço a que pode cair a ação)	=	R\$ 70 mil
R\$ 70 mil	÷	R\$ 46,40	=	R\$ 1.541,85

sim de cotas de fundo de um banco que comprará as ações. Terá que pagar percentual para administrar, mas não terá direito a voto. "Esse é o resultado de uma política cretina do governo federal".

Governo tenta extinção do RJU na universidade

Após os últimos contatos mantidos com o Ministério da Educação, a diretoria da Andes-SN está preocupada com o avanço da proposta governista de extinção do Regime Jurídico Único (RJU) no serviço público brasileiro. Circula atualmente no âmbito das Ifes a última versão do anteprojeto de lei sobre emprego público. Divulgado pelo Ministério da Educação aos membros do GT/MEC, formalmente encarregados de elaborá-lo, o documento é derivado de impropriedades técnicas que lhe acentuam o caráter de texto provisório, e que talvez sejam corrigidas na versão final. Apesar disso, segundo avaliação da Andes-SN, não há lugar para dúvidas quanto aos princípios básicos que orientam. A ruptura da isonomia salarial nas Ifes – como no conjunto do serviço público – tem sido tentada através de sucessivas investidas governamentais, com variados graus de sucesso, desde a promulgação da Constituição de 1988. Após a Emenda nº 19, que instituiu as linhas gerais da Reforma do Estado, essa trajetória rumo à privatização e à seg-

mentação do trabalho nas instituições federais ganhou intensidade. Um de seus principais instrumentos é justamente o emprego público, que abre as portas para a aplicação da CLT a inúmeras atividades na órbita estatal. Os principais instrumentos normativos já em vigor são a própria EC nº 19 e a lei 9.962/2000, que estabelece parâmetros gerais para a regulamentação dos novos empregos, cuja efetiva criação passa a depender de legislação específica. Na avaliação da diretoria da Andes, essa é a razão de ser do anteprojeto atualmente em gestação, destacando-se os seguintes pontos fundamentais:

1. Em seus traços essenciais, o texto não destoa do movimento global de destruição da esfera pública que vem sendo imposto ao país, com o qual mantém visíveis conexões;

2. Uma das ameaças mais preocupantes nele contidas se encontra em seu art. 51, segundo o qual, com uma ressalva não suficientemente definida, ficariam extintos os cargos de provimento efetivo que se encon-

trem vagos na data da publicação da lei, ao mesmo tempo em que se proíbe o provimento dos que venham a vagar a partir dessa data. Explicita-se aqui, no âmbito das Ifes, o que a Lei 9.962, de abrangência mais ampla, havia deixado omissa: pretende-se que o Regime Jurídico Único (RJU) entre os docentes e demais servidores passe a reger um quadro em extinção;

3. Em certos aspectos, o anteprojeto parece mais isonômico do que algumas propostas anteriores. Não contempla, por exemplo, a idéia de carreiras diferenciadas por universidades, cuja rejeição generalizada contribuiu para deslegitimar o discurso governamental sobre autonomia. Isso, porém, não oferece nenhuma segurança. Pode apenas significar que a estratégia atual esteja sendo mais hábil. Busca-se estabelecer, de início, uma dualidade de regulamentação do trabalho, que em futuro próximo poderia com facilidade transformar-se num sistema normativo altamente fracionado. De qualquer modo, permanecem discriminações tradicionais, sobretudo em relação aos professores de 1º e 2º graus.

TRANSGÊNICOS

Uma questão estratégica

Soja combinada com bactéria, milho combinado com escorpião, peixes com gene de morango, são algumas das estranhas misturas que se tornaram realidade pelas técnicas da engenharia genética, que permitem cruzamentos que antes não existiam na natureza. Muito mais do que uma disputa entre ecologistas e indústria biotecnológica, a questão dos transgênicos coloca frente a frente dois modelos de desenvolvimento econômico e social. O Rio Grande do Sul tornou-se a primeira região no mundo a proibir o cultivo desses produtos, colocando lenha numa fogueira que mistura problemas éticos, ambientais, políticos e econômicos.

Marco Aurélio Weissheimer

A discussão envolvendo o desenvolvimento de organismos geneticamente modificados, os transgênicos, extrapolou o domínio estrito da comunidade científica e transformou-se em uma questão de política estratégica. No Rio Grande do Sul, a proibição do cultivo de plantas transgênicas pelo governo do Estado incendiou o debate. A iniciativa fortalece a posição das entidades civis que lutam contra a proliferação dos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) antes que se tenha uma maior clareza a respeito de seu impacto econômico e ambiental.

Francisco Milanez é uma das pessoas engajadas na luta contra os transgênicos no Rio Grande do Sul. Ecologista, biólogo, arquiteto, educador ambiental, planejador de desenvolvimento, assessor de Meio Ambiente e Saneamento do Gabinete do Prefeito de Porto Alegre e coordenador do Programa Guaíba Vive, Milanez entende que esta questão deve ser compreendida num contexto maior de desenvolvimento estratégico. Antes de apresentar alguns argumentos contra a euforia que tomou conta de uma parcela da comunidade científica, ele procura traçar um esboço do cenário que marca a entrada em cena dos OGMs no mundo. No final dos anos 80 começou a surgir uma forte pressão internacional, capitaneada pelo Acordo Geral de Preços e Tarifas (GATT), favorável à aprovação do novo código de propriedade intelectual. Foram propostas três grandes mudanças, nas áreas de software, indústria farmacêutica e patenteamento de seres vivos. Antes da aprovação do novo código, o Congresso Nacional brasileiro viveu um intenso debate sobre o tema. O governo brasileiro foi pressionado pelo governo dos Estados Unidos a aprovar a nova legislação, recebendo inclusive ameaças de represálias comerciais em caso de resistência. O Brasil acabou

aprovando o código de propriedade intelectual, reconhecendo retroativamente patentes que já eram de domínio público, e permitindo o patenteamento de seres vivos transgênicos. No início dos anos 90, foi criada a Organização Mundial do Comércio (OMC), que tratou de aumentar a pressão em favor do novo código. Em março de 1995, o Parlamento Europeu recusou-se a votar o capítulo sobre patenteamento de seres vivos, considerando antiética a mera discussão do assunto.

Ao contrário da Europa, nos Estados Unidos e em outras partes do mundo, o processo de patenteamento de seres vivos avança em ritmo acelerado. Estão incluídos produtos transgênicos e não-transgênicos: sangue, cereais de antigas civilizações, plantas tropicais amazônicas, entre outros. "A discussão sobre os transgênicos serviu de pretexto para ampliar o direito de patentes", diz Milanez.

O que são os transgênicos

Os transgênicos são organismos resultantes do cruzamento de material genético de espécies diferentes. A busca, através da mistura de novas variedades vegetais a fim de obter plantas mais produtivas ou resistentes a pragas é antiga e habitual na agricultura de todas as sociedades. As técnicas modernas de engenharia genética permitem que genes sejam transferidos de um organismo outro, mesmo entre espécies diferentes. Esses genes "estrangeiros" modificam a sequência de DNA — que contém as características de um ser vivo receptor, que sofre um tipo de reprogramação, transformando-se em uma nova espécie. Estas novas espécies são chamadas transgênicas ou organismos geneticamente modificados. Soja combinada com bactéria, milho combinado com escorpião, peixes com gene de morango, são algumas das estranhas misturas que se tornaram realidade pelas técnicas da engenharia genética que permitem cruzamentos que antes não existiam na natureza.

São seres que não passaram pelo lento processo de evolução das espécies e que são introduzidos na natureza de modo abrupto. Para Francisco Milanez, este é um dos principais problemas desta técnica. Segundo ele, a introdução de seres criados em laboratório através do cruzamento de material genético de espécies distintas origina um fator de desequilíbrio



ajuda do vento e de outros agentes naturais, o pólen pode ir para bem mais longe. E devemos considerar também que o soja é uma planta exótica. O risco é bem maior quando se trata de plantas nativas, podendo afetar os ecossistemas de uma determinada região".

Milanez enfatiza o risco ambiental da adoção da nova técnica: "A hegemonia de uma espécie transgênica pode destruir rapidamente a diversidade interna da espécie natural, empobrecendo-a e tornando-a mais suscetível a todo tipo de problema. O topo deste processo é a clonagem, que permite a criação de centenas de indivíduos iguais, como é o caso das matas de eucalipto da Riocell. Se um indivíduo for afetado por alguma doença, todo o conjunto o será, uma vez que a diversidade entre os indivíduos foi eliminada". Ele lembra que o Rio Grande do Sul tinha centenas de variedades de milho, adaptadas às particularidades de cada região. "Isto tudo foi sendo perdido com o surgimento do milho híbrido", diz o biólogo. "A segunda geração de milho híbrido gera indivíduos que não possuem as propriedades da primeira. Assim, a cada plantio, é preciso comprar um novo lote de sementes de híbrido. As centenas de variedades de milho foram reduzidas a umas poucas. As outras viraram ração para galinhas e porcos. Hoje, está se tentando recompor algumas destas variedades, mas este processo de recomposição é lento, ao contrário do caminho da destruição".

O poder da Monsanto

Grandes empresas multinacionais, como a Monsanto, a Novartis e a AgrEvo, estão investindo milhões de dólares em pesquisas sobre transgênicos. Algumas das novas plantas transgênicas criadas através destas pesquisas foram desenvolvidas para serem resistentes a agrotóxicos que estas mesmas empresas fabricam. O problema é que as consequências do uso destas plantas, modificadas geneticamente, na agricultura, no meio ambiente e na saúde do consumidor ainda não são suficientemente conhecidas. E quanto mais se pesquisa, mais se descobre que podem trazer problemas. Suspeita-se, por exemplo, que a soja misturada com genes de bactérias esteja aumentando as alergias. O milho, outra planta fundamental para a alimentação humana, foi cruzado com uma bactéria para ter poder inseticida. Descobriu-se recentemente que ele mata outros insetos, e não apenas a praga para qual foi desenvolvido, podendo acarretar graves danos ao equilíbrio dos ecossistemas nos quais foi introduzido.

Nos Estados Unidos, atualmente, os produtos transgênicos são vendidos misturados aos normais. Mas, na Europa, estão sendo rejeitados pela maioria dos consumidores. Por isso, grandes empresas de alimentos, como Unilever, Nestlé, Danone e Barilla, bem como grandes redes de supermercados, como Carrefour na França e Sainsbury, Tesco e Iceland na Inglaterra, anunciaram que não vão vender este tipo de produto para seus clientes. No Brasil, oficialmente, não se planta nenhum transgênico. No entanto, as multinacionais estão fazendo uma forte pressão para que o governo libere a venda de soja transgênica, mesmo sem terem realizado os testes necessários para avaliar os impactos na saúde e no ambiente. Além desses riscos, a plantação de transgênicos pode trazer prejuízos à economia brasileira, já que os países europeus, nossos maiores importadores, não querem esse tipo de produto.

O fator soja

A chegada ao Brasil da soja transgênica resistente ao Roundup também preocupa o engenheiro agrônomo Sebastião Pinheiro. Em sua "Cartilha sobre Transgênicos" ele observa que o Roundup é um herbicida da Monsanto que mata qualquer planta, inclusive a soja. Mas a soja transgênica, produzida pela mesma empresa, que recebeu um gene resistente ao Roundup encontrado em algas e bactérias, não morre quando se utiliza este agrotóxico para eliminar as ervas daninhas na lavoura. De acordo com o pesquisador, as indústrias passarão a criar cada dia mais produtos e tornar sua soja viciada neles, deixando o agricultor à mercê do mercado e sem apoio oficial para investir na agricultura ecológica, o que provocará uma maior contaminação do solo, da água e dos alimentos.

O plantio da soja transgênica foi endossado pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia, mas sua autorização foi impedida por uma liminar concedida pela Justiça. A linhagem em questão é a GTS 40-30-2, mais conhecida como Roundup Ready, ou soja RR. Ela foi obtida a partir da inserção de três genes "estrangeiros" na planta da soja. Um deles foi extraído de um vírus e um outro de uma bactéria encontrada no solo, a Agrobacterium sp. Essa modificação genética não incrementa a produtividade da cultura, ou o valor nutricional do grão. O efeito conhecido desse gene, alegado como economicamente vantajoso, consiste em possibilitar a substituição de vários herbicidas por apenas um, o Roundup, da Monsanto.

O glifosato — cujo nome comercial é Roundup — é a terceira maior causa de problemas de saúde em agricultores americanos, em virtude do alto grau de alergias de vários tipos que provoca. Quando no solo, mantém um poder residual por grandes períodos, afetando também os lençóis freáticos. Cerca de 70% dos alimentos processados têm soja ou milho entre seus ingredientes. A soja está presente em cerca de 60% dos alimentos vendidos nos supermercados.

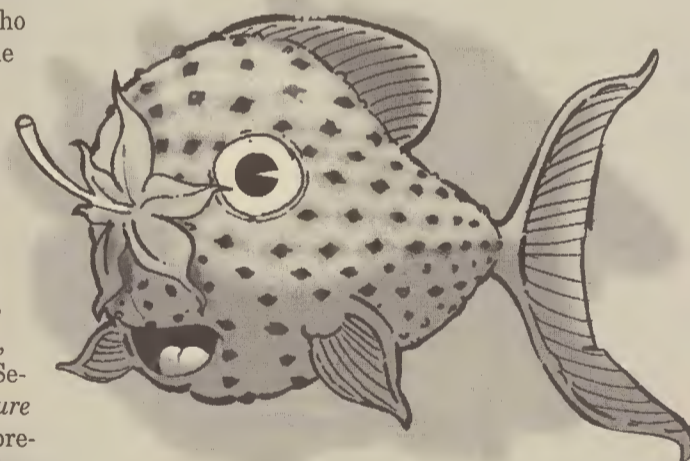
A Monsanto é a maior produtora de herbicidas do mundo, e está entre as cem empresas mais lucrativas dos EUA. Apenas nos últimos dois anos, investiu US\$ 6,7 bilhões na aquisição de outras companhias norte-americanas de sementes e biotecnologia, tornando-se a maior empresa do ramo. No Brasil, após a aprovação da Lei de Cultivares, que instituiu o monopólio privado da propriedade das variedades vegetais no país, a Monsanto comprou, dentre outras, a empresa Paraná Sementes e a Agrocere. Formou ainda uma *joint-venture* com a Cargill, consolidando sua supremacia entre as empresas produtoras de sementes no país. Recentemente, a Monsanto gastou cerca de US\$ 18 bilhões na compra da multinacional Delta&Pine Land, proprietária da patente da tecnologia "Terminator" nos EUA e solicitante da patente mundial deste gene. O gene batizado de "Terminator" (exterminador) torna estéril a segunda geração de sementes usadas na agricultura. É uma técnica que incapacita geneticamente a germinação de uma semente. A eficácia da nova técnica já foi demonstrada em sementes de algodão e fumo, sendo que entre as culturas prioritárias para seu desenvolvimento estão o arroz, o trigo, o sorgo e a soja.

O principal interesse econômico nessa técnica é impedir que o fruto ou grão de uma variedade comercial se torne uma semente, exterminando assim o potencial reprodutivo daquela planta. Os agricultores, que então seriam obrigados a adquirir novas sementes a cada safra, deixariam ainda de exercer o papel que vêm desempenhando há mais de dez mil anos: o trabalho de melhoramento das variedades realizado através de cruzamentos e seleção de sementes. A posição adotada pelo governo Olívio Dutra, no Rio Grande do Sul, bate de frente com a estratégia destas



Milanez: "recomposição é lenta, ao contrário do caminho da destruição"

grandes corporações e já está gerando uma ferrenha disputa judicial e política. O Rio Grande do Sul produz 22% da soja brasileira. Somados aos 9% produzidos pelo Mato Grosso do Sul, outro Estado importante na produção de soja (e também governado pelo PT), pelo menos 31% da soja produzida no Brasil seria "OGM free" (não-transgênica). Em vários países europeus há pressões para diferenciar a soja transgênica da não-transgênica, com diferenciação de preços. A tendência é que a soja convencional obtenha melhores preços. A referência de preços da soja convencional em relação à soja transgênica é significativamente maior. Assim, observa Francisco Milanez, além de levar em conta preocupações de caráter ético e ambiental, a postura do governo gaúcho pode resultar num ganho econômicos para os produtores do Estado.



Endereços na Internet

Maiores informações sobre a questão dos transgênicos podem ser obtidas na Internet, nos seguintes endereços:

www.pangea.org/acciecol/genetica/monsanto.htm

A Pangea - Comunicação pela Cooperação -, é uma ONG espanhola cujo principal objetivo é favorecer a comunicação através da Internet. A Pangea traz informações sobre meio ambiente, direitos humanos, Internet, educação, cultura, etc.

www.estado.rs.gov.br

Site da Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul.

www.ufrpe.br/~agrisust/transgenicos.htm

Site da Lista de Agricultura Sustentável. Traz artigos sobre o tema e o projeto de lei tratando de transgênicos.

www.sbpnet.org.br/forum8/forum8.htm

Forum de discussão organizado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) sobre "Plantas transgênicas: riscos e benefícios".

Derrotada na Batalha de Seattle, a Organização Mundial do Comércio não desistiu de radicalizar a globalização, em favor das transnacionais. Em Genebra, e sem qualquer debate com as sociedades, trama-se agora a desregulamentação geral de setores como saúde, educação, meio-ambiente e cultura

A OMC contra-ataca em silêncio



Susan George e
Ellen Gould*

Anunciado com grande estardalhaço, o novo ciclo de negociações comerciais multilaterais da OMC (Organização

Mundial do Comércio) denominado "Rodada do Milênio" naufragou vergonhosamente em novembro passado, em Seattle. Mas este fracasso não impediu absolutamente que fossem há pouco retomadas as negociações sobre o comércio de serviços, em Genebra, como se nada tivesse acontecido. Com efeito, elas figuravam no mandato atribuído à OMC pelos acordos de Marrakech, de 1994. Ora, o que se arquiteta atualmente, a portas fechadas, com base no Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATT, em inglês), é exatamente aquilo que havia sido espetacularmente recusado em Seattle: o confisco, pelas empresas transnacionais, dos novos setores e a transformação programada dos serviços públicos em mercadoria. A ponta de lança desta ofensiva encontra-se na Comissão Européia.

De fato, Bruxelas e o secretariado da OMC esfalfam-se ao máximo para satisfazer os projetos das grandes empresas: seja qual for a desculpa, o que está em jogo são os setores da saúde, educação, meio-ambiente e cultura. Os meios técnicos de contornar, ou de se contrapor à vontade dos cidadãos, ou mesmo dos Estados, neste campo, estão nos textos e já estão sendo postos em prática em grande medida. Basta visitar o site da Comissão Européia na Internet para ficar sabendo que "a participação ativa das indústrias de serviços nas negociações é crucial para permitir alinhar nossos objetivos de negociação com as prioridades das empresas. O GATT não é apenas um acordo entre governos. É antes de mais nada um instrumento para benefício do meio financeiro".¹

Serviços "maduros para a liberalização"

Encarregado europeu do comércio, o comissário Pascal Lamy não modificou em nada o programa do seu predecessor, o hiper-thatcheriano sir Leon Brittan, além de ter conservado na equipe os seus principais colaboradores. Um deles, Robert Madelin, escreveu recentemente ao diretor-presidente do Barclays Bank, também presidente do European Services Forum (ESF), para tomar ciência de suas prioridades (o ESF, criado pela Comissão Européia em 1998, reúne mais de 80 empresas transnacionais de serviços). Madelin pede oficialmente que lhe indiquem os mais importantes mercados de serviços e que identifiquem os principais entraves ao comércio nos "setores da construção, da educação, do meio-ambiente, da saúde, dos serviços sociais e da comunicação". E acrescenta: "É desnecessário dizer que a Comissão dispõe-se a fornecer especialistas idôneos e documentos preparatórios para qualquer reunião que o senhor e seus colegas desejem organizar para discussões setoriais."²

Um outro ex-membro da equipe de Brittan, Michel Servoz, sempre o principal negociador da Comissão para os serviços, havia declarado, por ocasião de um simpósio organizado em 1999, que "certos setores pare-

cem-nos de uma importância crescente, e gostaríamos de ver aí um nível maior de comprometimento. Trata-se dos serviços ligados ao meio-ambiente, à construção, à distribuição, à saúde e à educação. Nossa pauta (*shopping list*) é totalmente similar à dos parceiros do Quadrilátero".³ Servoz tinha aliás declarado, em outra ocasião, que a saúde, a educação e o meio-ambiente estavam "maduros para a liberalização".⁴

Sacrifícios para ter acesso ao big deal

Será que nos querem fazer acreditar que a União Européia teria acesso aos "mercados" da saúde, educação, meio-ambiente e cultura em outros países, sem que igualmente abra suas próprias fronteiras nesse campo? A resposta foi dada pelo próprio Pascal Lamy diante do U.S. Council for International Business (USCIB): "Se queremos melhorar nosso próprio acesso aos mercados estrangeiros, não podemos excluir nossos setores protegidos. É preciso estarmos prontos para negociá-los se queremos ter cacife para negociar um acordo global (*big deal*). Tanto para os Estados Unidos quanto para a União Européia isto implica em algumas perdas em certos setores, mas ganhos em muitos outros, e creio que sabemos, uns como outros, que será necessário consentir em sacrifícios para obter, mais adiante, o que queremos".⁵

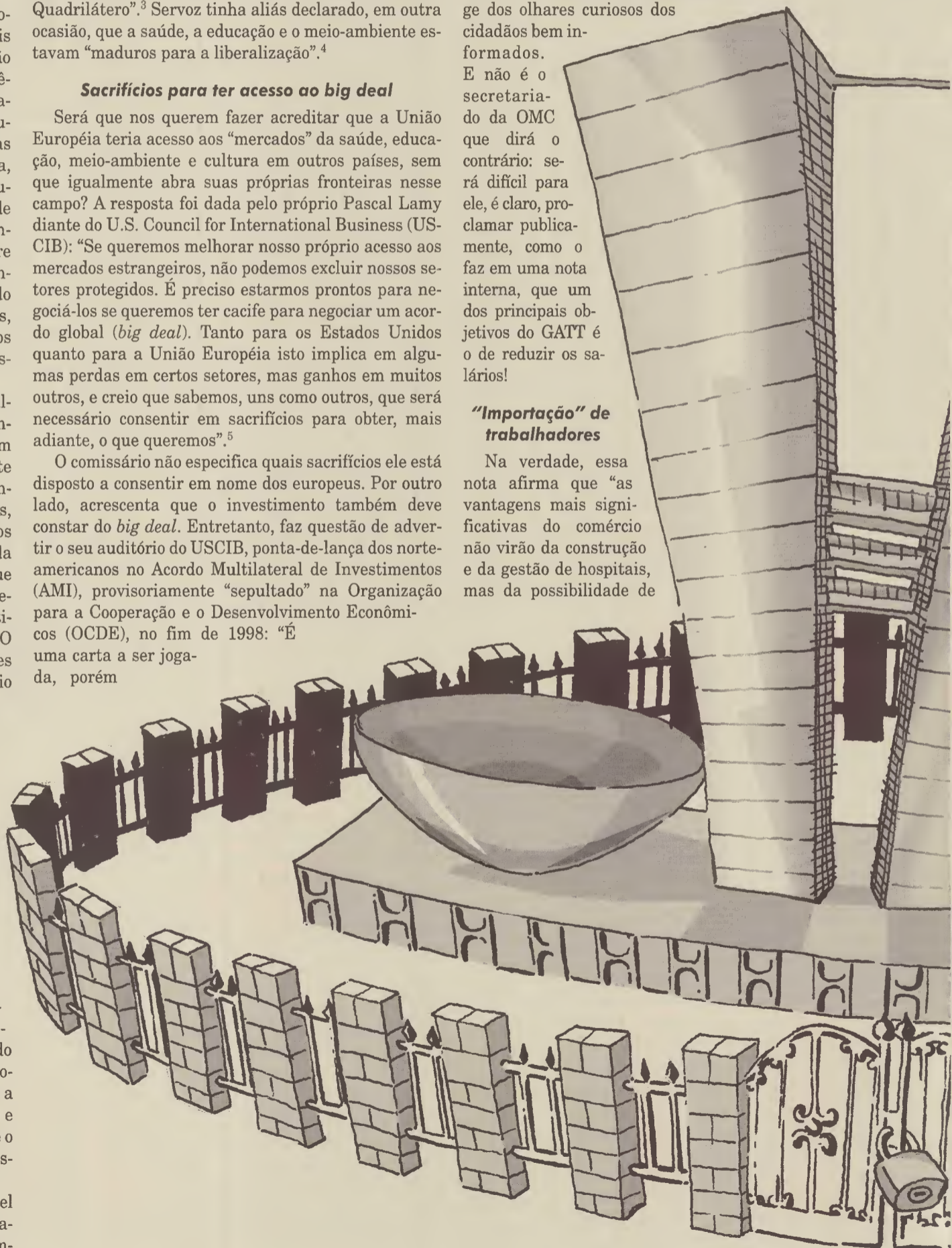
O comissário não especifica quais sacrifícios ele está disposto a consentir em nome dos europeus. Por outro lado, acrescenta que o investimento também deve constar do *big deal*. Entretanto, faz questão de advertir o seu auditório do USCIB, ponta-de-lança dos norte-americanos no Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), provisoriamente "sepultado" na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos (OCDE), no fim de 1998: "É uma carta a ser jogada, porém

com infinitas precauções. Falando francamente, estamos tanto na época do pós-AMI, quanto na do pós-Seattle. É preciso tirarmos as lições desses dois fracassos".⁶ Sem dúvida, uma das lições é que acordos deste tipo são melhor negociados longe dos olhares curiosos dos cidadãos bem-informados.

E não é o secretariado da OMC que dirá o contrário: será difícil para ele, é claro, proclamar publicamente, como o faz em uma nota interna, que um dos principais objetivos do GATT é o de reduzir os salários!

"Importação" de trabalhadores

Na verdade, essa nota afirma que "as vantagens mais significativas do comércio não virão da construção e da gestão de hospitais, mas da possibilidade de



aí empregar pessoal mais qualificado, mais eficaz e/ou menos custoso que o que poderia estar disponível no mercado local de trabalho".⁷ Reduzir as remunerações é a obsessão da OMC: em certos "serviços de meio-ambiente, tais como o recolhimento do lixo, existe limite ao movimento das pessoas (...) e exigências de nacionalidade no que se refere ao pessoal, que impedem as empresas de minimizar os custos do trabalho por meio de um recrutamento internacional".⁸ O GATT, graças ao acordo sobre o "movimento das pessoas físicas", também permitirá importar trabalhadores ao sabor das exigências dos empregadores multinacionais, ou fazer executar o trabalho "móvel" em outro lugar. O secretário da OMC dá, aliás, o bom exemplo. "A OMC já nos faz economizar muito dinheiro", diz seu diretor-geral, Mike Moore, ao dirigir-se aos países membros, "deslocando as traduções. Graças ao correio eletrônico, apelamos para tradutores que trabalham em casa em países do mundo todo".⁹

Os artifícios "legais" da liberalização

Como seria possível "liberalizar" os serviços sensíveis — não somente nos setores da saúde, da educação, do meio-ambiente e da cultura, mas também nos correios e nos transportes — sem parecer fazê-lo e sem chamar a atenção das sociedades, antes que seja tarde? Existem para isso vários meios técnicos perfeitamente "legais", desde que se faça a leitura mais "liberal" possível dos textos do GATT. Basta, entre outras coisas:

— Reclassificar categorias de serviços incluindo-as nas listas existentes, tornando-as mais estreitas ou criando sub-categorias. Dessa forma, assiste-se a uma verdadeira metamorfose das categorias nos setores onde os governos se "engajaram" menos e que são

precisamente as mais politicamente sensíveis. Por exemplo, a análise de bases de dados de pacientes, ou de estudantes, não fará mais parte da saúde, ou da educação, e sim do "tratamento informático"; a administração dos hospitais, ou — por que não? — a Previdência Social, é colocada na rubrica "administração", "contabilidade" ou "serviços às empresas".

— Adotar a abordagem dita "horizontal" e aplicar certas regras ao conjunto das categorias de serviços, de países e de modos de abastecimento. Uma regra aprovada, digamos, para os serviços de contabilidade seria aplicada então automaticamente ao conjunto dos 160 setores enumerados. Abrir o mercado num setor equivale a abri-lo em todos os outros, considere-se ou não a saúde e a educação como "mercados". A Comissão Européia declarou-se explicitamente favorável a essa abordagem "horizontal".

— Restringir drasticamente os "regimentos internos" que qualquer governo teria o direito de estabelecer ou de manter. O perigoso artigo VI, parágrafo 4º do GATT é interpretado em seu sentido mais amplo, a fim de que o Conselho do Comércio de Serviços da OMC possa elaborar as "disciplinas necessárias" a serem impostas aos Estados-membros. O objetivo é permitir à OMC erigir-se em juiz dos regimentos internos em todos os domínios em que os governos têm a pretensão de fixar normas, bem como poder qualificá-las de "entraves desnecessários ao comércio". Estas "disciplinas" também seriam aplicadas horizontalmente e a OMC decidiria sobre o que é "necessário" e o que não é para atingir tal ou qual objetivo governamental.¹⁰

Interpretação do "rigor legal"

As "disciplinas" que se aplicariam aos serviços incluem as "medidas referentes aos procedimentos de qualificação, as normas técnicas e a concessão de patentes", categorias particularmente amplas e elásticas. Elas serão interpretadas, como sempre, no sentido mais favorável à liberalização: seja para importar — com contratos de duração determinada (CDD) — trabalhadores considerados "qualificados" pela OMC, no entanto baratos; seja para permitir a quem quer que seja abrir clínicas ou escolas, ou para anular normas consideradas "entraves ao comércio".

Os dispositivos do AMI, caso ele tivesse sido adotado, teriam permitido a uma empresa processar um Estado, que tomasse "medidas equivalentes a uma expropriação". Com o GATT, tal como ele está sendo projetado, bastará provar que tal medida governamental é "mais rigorosa do que o necessário" para realizar este ou aquele objetivo do acordo. E o artigo VI, parágrafo 4º, vale até para medidas não discriminatórias em relação a outros

Estados-membros da OMC. Um advogado de empresas experiente encontrará sempre, em abstrato, o meio "menos rigoroso" que o escolhido pelo governo em questão, colocando-o assim na defensiva. Podemos confiar nas empresas transnacionais de serviços para incentivar — senão financiar — ações junto ao Órgão de Resolução de Divergências (ORD) da OMC, a fim de suprimir regimentos internos inoportunos, inclusive nos setores que um governo crê protegidos.

Hora de um compromisso

Na verdade os governos nada sabem sobre o que lhes está sendo preparado em Genebra e Bruxelas. O ex-diretor-geral da OMC, Renato Ruggiero, foi bem claro: "O GATT fornece garantias no terreno do direito e da regulação bem mais amplas que o Acordo Geral sobre as Tarifas Alfandegárias e o Comércio (GATT); o direito de estabelecer-se [uma empresa de serviços em um outro país] e a obrigação de tratamento nacional em relação aos fornecedores de serviços estrangeiros estende o campo do GATT a setores que não tinham ainda sido reconhecidos antes, como fazendo parte da política comercial. Sinto que nem os governos nem as empresas tomaram consciência ainda, plenamente, da extensão destas garantias, do alcance e do valor dos compromissos existentes".¹¹

Por todas estas razões — e ainda por muitas outras — já é hora dos cidadãos exigirem de seus poderes públicos um compromisso sem ambigüidade: a saúde, a educação, o meio-ambiente, a cultura e os serviços públicos essenciais são campos nos quais a OMC não deve ter qualquer ingerência e, portanto, onde os governos e os parlamentos devem conservar seus plenos poderes. Trata-se, pelo menos nesses setores, de tornar a OMC definitivamente incapaz de prejudicar.

Traduzido por Angela Mendes de Almeida

* Respectivamente sócia-diretora e encarregada de pesquisas do Transnational Institute (Amsterdam). Susan George também é presidente do Observatório da Globalização (Paris) e autora do livro *Rapport Lugano* (ed. Fayard, Paris, 2000).

1. <http://gats-info.eu.int/gatsinfo/g2000.pl?NEWS=bbb>: "The GATS is first and foremost an instrument for the benefit of business".

2. Carta de Robert Madelin a Andrew Buxton (ref. DG I/M/RM D(2000), 24/01/2000).

3. Michel Servoz, "Commentary", GATS 2000: New Directions in Services Trade Liberalisation (Org. Pierre Sauvé e Robert Stern), Center for Business and Government, Harvard University et Brookings Institution Press, Boston/Washington, 2000, p. 537. Os outros países do "Quadrilátero", além dos da União Européia, são os Estados Unidos, o Canadá e o Japão.

4. Citado no Washington Trade Daily, 04/06/1999.

5. Discurso de Pascal Lamy, "Lamy Addresses Need for New WTO Round", perante o United States Council for International Business, New York, 08/06/2000. Em inglês a expressão é "bite the bullet", "morder o cartucho", isto é, aceitar voluntariamente algo difícil.

6. Ibid.

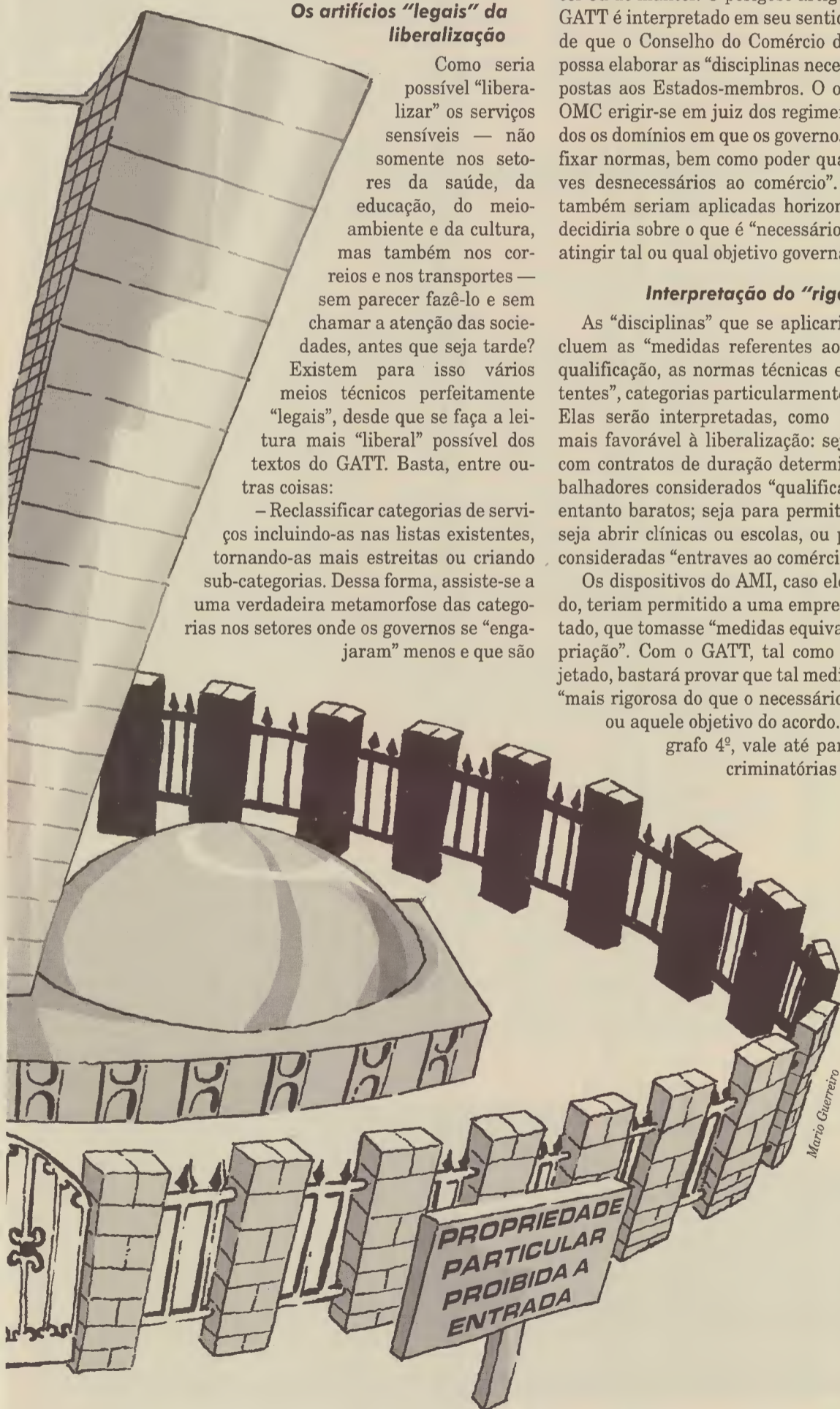
7. Secretariado da OMC, "Background Note on Health and Social Services" (www.wto.org/services/w65.htm).

8. Ibid.

9. Discurso de Mike Moore, setembro de 1999 (www.wto.org/wto/speeches/mm6.htm).

10. Até hoje, sob o GATT, nenhuma medida de um governo, submetida à prova da "necessidade", sobreviveu.

11. Renato Ruggiero, perante a Conference on Trade in Services, reunião de 02/06/1998, em Bruxelas, organizada pela Comissão Européia.



JURÍDICO

Adufrgs ganha liminar para diminuir desconto do IR

Assessoria Jurídica da Adufrgs

Uma decisão liminar em ação impetrada pela Adufrgs obriga a União Federal a atualizar as faixas de contribuição do Imposto de Renda. Veja o que é a ação e como ficam os descontos.

O que é a ação?

Os trabalhadores assalariados são remunerados mediante salários, vencimentos ou proventos, conforme o vínculo que mantêm com seu empregador (estatutário ou celetista). Estão, assim, sujeitos ao desconto do imposto sobre a renda com a retenção na fonte e, anualmente, com o necessário ajuste quando da apresentação

da respectiva declaração, da qual resultara restituição ou a obrigação de recolhimento de eventuais diferenças do imposto que forem apuradas.

O recolhimento do imposto de renda na fonte e o valor apurado da declaração anual de ajuste observam as mesmas tabelas progressivas desde 1996. Na primeira hipótese (recolhimento na fonte), acham-se isentos os rendimentos até R\$ 900; de R\$ 900 a R\$ 1,8 mil sujeitam-se ao recolhimento de 15%, deduzida a parcela de R\$ 135; os rendimentos acima de R\$ 1,8 mil são tributados pela alíquota de 27,5%, deduzida a parcela de R\$ 360. Na segunda hipótese (ajuste anual), estão isentos os rendimentos de até R\$ 10,8 mil; de 10,8 mil a

R\$ 21,6 mil incide a alíquota de 15%; acima de R\$ 21,6 mil sujeitam-se à tributação de 27,5%, deduzindo-se a parcela de R\$ 3,78 mil.

Além destes limites que definem as faixas de desconto ao leão, permanecem sem qualquer atualização todos os limites de dedução do imposto (despesas com dependentes, educação etc).

Este congelamento das faixas vem ocorrendo para aumentar a arrecadação. Ocorre que, como não houve atualização destes valores, inúmeros contribuintes que estariam isentos tiveram que contribuir e outros, que deveriam estar na faixa tributária de 15% passaram à faixa superior etc.

O que muda com a liminar?

Em função da liminar obtida, as tabelas que definem a incidência do imposto de renda ficam da seguinte forma:

Base de cálculo	Alíquota	Parcela a deduzir
Até R\$ 1.155,70 (antes da liminar: até R\$ 900,00)	Isento	—
De R\$ 1.155,71 a R\$ 2.311,40 (antes da liminar: R\$ 900,00 a 1.800,00)	15%	R\$ 173,36
Acima de R\$ 2.311,40 (antes da liminar: R\$ 1.800,00)	27,50%	R\$ 462,28

Atualização de limites de dedução	Valores
Dependentes	R\$ 115,57

Tabela Progressiva IRPF / Declaração de ajuste anual 2000

Base de cálculo	Alíquota	Parcela a deduzir
Até R\$ 12.733,20	Isento	—
De R\$ 12.733,21 a R\$ 25.466,40	15%	R\$ 1.910,04
Acima de R\$ 25.466,40	27,50%	R\$ 5.093,28

Atualização de limites de dedução	Valores
Dependentes	R\$ 1.273,32
Despesas c/instrução p/ dependentes	R\$ 2.004,22
Isenção de proventos de aposentadoria e pensão/maiores de 65	R\$ 12.733,20

Tabela Progressiva IRPF / Declaração de ajuste anual 2001

Base de cálculo	Alíquota	Parcela a deduzir
Até R\$ 13.867,80	Isento	—
De R\$ 13.867,80 a R\$ 27.735,75	15%	R\$ 2.080,20
Acima de R\$ 27.735,72	27,50%	R\$ 5.547,12

Atualização de limites de dedução

	Valores
Dependentes	R\$ 1.386,84
Despesas c/instrução p/ dependentes	R\$ 2.182,90
Isenção de proventos de aposentadoria e pensão/maiores de 65 anos	R\$ 13.867,80

Vejamos um exemplo: pelo método do governo federal, hoje, a faixa de isenção é apenas até R\$ 900,00. Assim, em caso de vitória na mesma ação, servidores que ganham até R\$ 1.155,70 não pagarão imposto de renda.

A liminar concedida pela dra. Alessandra Günther Favaro, Juíza Federal Substituta da 2ª Vara Federal de Porto Alegre determinou que a União atualize as faixas que definem as alíquotas, fazendo com que os trabalhadores, em alguns casos, mudem de faixa ou fiquem isentos de pagamento do imposto.

A liminar determinou, ainda, que a

União deverá receber as futuras declarações anuais de ajustes considerando a atualização monetária das faixas. Com relação às declarações referentes ao ano-base de 1999, já entregues em abril/00, a assessoria jurídica está buscando que a liminar inclua, também, sua retificação.

A Adufrgs já encaminhou à Administração da Ufrgs cópia da decisão judicial para que a mesma seja observada quanto aos descontos a serem efetuados em folha de pagamento. Espera-se, com isso, que diminua o valor do imposto de renda que vem sendo usualmente descontado já a partir da próxima folha de pagamento.

Quem está abrangido pela ação?

A liminar obtida pela Adufrgs engloba unicamente os docentes filiados à entidade até 28/07/00. Foi juntada uma listagem de todos os sócios. Desta forma, novas filiações não farão com que a liminar seja estendida aos novos sócios. Porém, o sindicato poderá, se conveniente, ingressar com nova ação em nome de novos associados.

Encontra-se à disposição dos interessados, na sede da Adufrgs, a íntegra da liminar concedida.

WWW.adufrgs.org.br

- Está no ar, em fase experimental, o novo sítio da Adufrgs na Internet. A página, totalmente redesenhada, divulga relatórios e comunicados de relevância para os docentes, um clipping com atualização diária (de segunda a sexta-feira) e um mural interativo, onde os internautas poderão deixar recados e propor temas para debate.

Acesse a página e envie sua opinião pelo nosso correio eletrônico: adufrgs@portoweb.com.br



Carl Sagan - cientista norte-americano

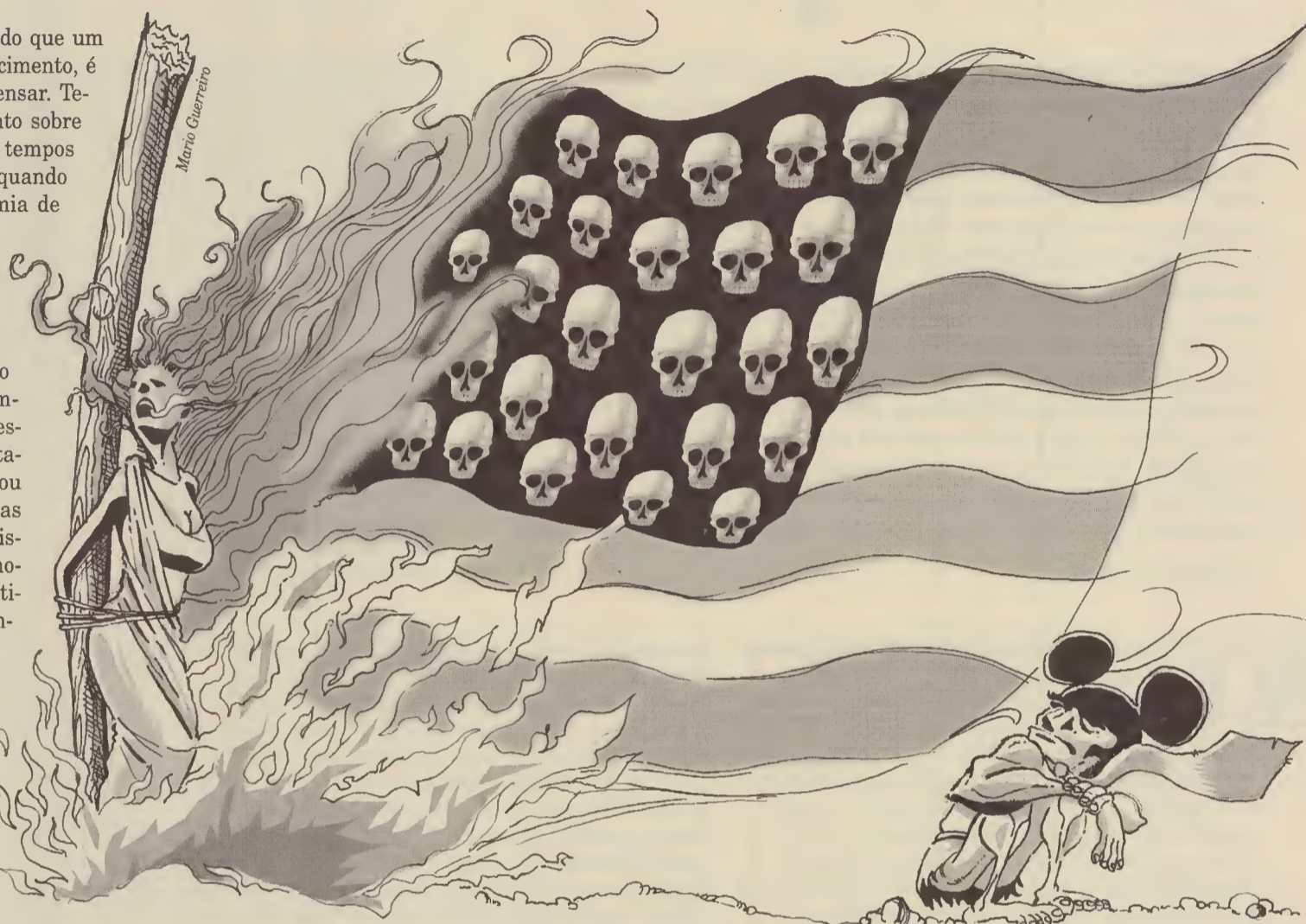
O mundo assombrado

A ciência é mais do que um corpo de conhecimento, é um modo de pensar. Tenho um pressentimento sobre a América do Norte dos tempos de meus filhos ou de meus netos – quando os Estados Unidos serão uma economia de serviços e informações; quando quase todas as principais indústrias manufatureiras terão fugido para outros países; quando tremendos poderes tecnológicos estarão na mãos de uns poucos, e nenhum representante do interesse público poderá sequer compreender de que se trata; quando as pessoas terão perdido a capacidade de estabelecer seus próprios compromissos ou questionar compreensivelmente os das autoridades; quando, agarrando os cristais e consultando nervosamente os horóscopos, com as nossas faculdades críticas em decadência, incapazes de distinguir entre o que nos dá prazer e o que é verdade, voltaremos a escorregar, quase sem notar, para a superstição e a escuridão.

O emburrecimento da América do Norte é muito evidente no lento declínio do conteúdo substantivo nos tão influentes meios de comunicação, nos trinta segundos de informações que fazem furor (que agora já são dez segundos ou menos), na programação de padrão nivelado por baixo, na apresentação crédula da pseudociência e da superstição, mas especialmente numa espécie de celebração da ignorância. No momento em que escrevo, o vídeo mais alugado na América do Norte é o filme *"Dumb and Dumber"* (Débi e Lóide). Beavis and Buttthead continuam populares (e influentes) entre os jovens que vêem televisão. A lição clara é que estudar e aprender – e não se trata apenas de ciência, mas de tudo o mais – é evitável, até indesejável.

Nós criamos uma civilização global em que os elementos mais cruciais – o transporte, as comunicações e todas as outras indústrias, a agricultura, a medicina, a educação, o entretenimento, a proteção ao meio ambiente e até a importante instituição democrática do voto – dependem profundamente da ciência e da tecnologia. Também criamos uma ordem em que quase ninguém compreende a ciência e a tecnologia. É uma receita para o desastre. Podemos escapar ilesos por algum tempo, porém mais cedo ou mais tarde essa mistura inflamável de ignorância e poder vai explodir na nossa cara.

"A candle in the dark" é o título de um livro corajoso, baseado em grande parte na Bíblia, escrito por Thomas



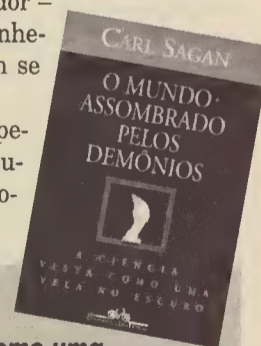
Ady e publicado em Londres em 1656, que ataca a caça às bruxas, então na ordem do dia, tachando-a de fraude "para enganar o povo". Qualquer doença ou tempestade, qualquer coisa fora do comum, era atribuída a bruxarias. As bruxas devem existir, escreveu Ady, citando a argumentação dos "negociantes de bruxas", "do contrário como é que essas coisas existem ou vêm a acontecer?". Durante grande parte de nossa história tínhamos tanto medo do mundo exterior, com seus perigos imprevisíveis, que aceitávamos de bom grado qualquer coisa que promettesse suavizar ou atenuar o terror por meio de explicações. A ciência é uma tentativa, em grande parte bem-sucedida, de compreender o mundo, de controlar as coisas, de ter domínio sobre nós mesmos, de seguir um rumo seguro. A microbiologia e a meteorologia explicam hoje o que há alguns séculos era considerado causa suficiente para queimar mulheres na fogueira.

Ady também alertava para o perigo de "as nações perecerem por falta de conhecimento". Com frequência, a desgraça humana evitável é causada menos pela estupidéz do que pela ignorância, sobretudo pela nossa ig-

norância sobre nós mesmos. Minha preocupação é que, especialmente com a proximidade do fim do milênio, a pseudociência e a superstição parecerão mais sedutoras a cada novo ano, o canto de sereia do irracional mais sonoro e atraente. Onde o escutamos antes? Sempre que nossos preconceitos étnicos ou nacionais são despertados, nos tempos de escassez, em meio a desafios à autoestima ou à coragem nacional, quando sofremos com nosso diminuto lugar e finalidade no Cosmos, ou quando o fanatismo ferve ao nosso redor – então, hábitos de pensamento conhecidos de eras passadas procuram se apoderar dos controles.

A chama da vela escorre. Seu pequeno lago de luz tremula. A escuridão se avoluma. Os demônios começam a se agitar.

Fragmento do livro
"O mundo assombrado por demônios – A ciência vista como uma vela no escuro", de Carl Sagan



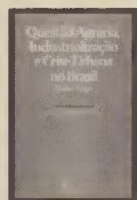
ORELHA



Beira dos aflitos

Dêcio Salomon
Sátira que apresenta a Realândia Global, do imperador CHF, para onde são enviados como degradados todos os aposentados.

Através de alegorias e metáforas traz ao leitor fatos reais, denúncias e crítica mordaz à condução da "coisa" pública. Pedidos à APUBH-UFMG. Editora Vertente. 144p. R\$ 20,00



Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil

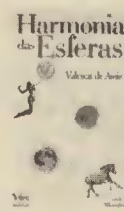
Ignácio Rangel

A obra apresenta uma coletânea de textos onde o autor associa conceitos macroeconômicos e processos sociais, investigando as contradições e impasses do desenvolvimento capitalista recente. Editora da Universidade, 266 p. R\$ 25,00

Harmonia das esferas

Valesca de Assis

Neste livro, Valesca conta uma história em que utiliza como personagens os frequentadores de lançamentos, vernissagens e eventos culturais em que haja festa e brilho. A trama se amplia com um escritor que encontra uma leitora e, nela, uma razão para escrever e viver. WS Editor. 125p. R\$ 14,00.



WWW

Arte

☒ www.transparencia.org.br
Sítio da organização não-governamental Transparência Brasil, associada à Transparency International. O objetivo é denunciar os efeitos terríveis da corrupção.

Plebiscito

☒ www.jubileu2000.org.br
Página da Conferência Nacional dos Bspos do Brasil (CNBB) sobre a campanha organizada pela Igreja Católica. Traz informações detalhadas sobre o Plebiscito da Dívida Nacional.

Guerra biológica ameaça a Amazônia

Quando esta edição estiver circulando, provavelmente já terá iniciado a mais nova intervenção bélica americana (vide Iraque, Iugoslávia, Nicarágua, Vietnã etc) e que deverá inaugurar o século XXI com mais um massacre, bem ao estilo deste que termina, o truculento período da história conhecido também como o Século Americano. A previsão era de que o pontapé inicial seria dado pelo próprio presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, em uma visita à Colômbia. É o começo de uma história que mistura indignação antimperialista, corrupção, drogas, fome, miséria, uso de armas biológicas e tecnologia de última geração, como numa ficção de realismo fantástico bem típica da América do Sul. Longe do palco da guerra, em Porto Alegre, o professor colombiano Felix González, 45 anos, da Faculdade de Veterinária, fala, nesta entrevista, da atual situação no país em que nasceu e esclarece pontos obscuros do chamado Plano Colômbia, posto em prática pelo governo colombiano com financiamento dos Estados Unidos. Naturalizado brasileiro, González nasceu em Bogotá e desde 1987 vive no Brasil. Há cinco anos trabalha na Ufrgs.

Jéferson Assunção

Jéferson Assunção



González: "Plano Colômbia vai promover um massacre"

AD **A região colombiana que mais produz coca não é a que hoje é controlada pelas Forças Armadas Revolucionárias Colombianas Farc (Farc). No entanto, é lá que o Plano Colômbia vai iniciar. Por quê?**

Felix González - O Plano pode ser interpretado como uma estratégia desesperada do governo colombiano, apoiado pelos EUA, para tentar acabar com o narcotráfico, mas na realidade carece de uma real estratégia antidrogas. Coloca de cabeça para baixo a pirâmide que funciona no mundo das drogas e, a partir daí, justifica toda uma política passando por cima da autonomia do próprio governo colombiano. A avaliação dos norte-americanos, expressa pelo general Barry McCaffrey, do Escritório de Política de Controle de Drogas dos EUA, é que os traficantes dependem dos cultivos de coca e de papoula e que esses cultivos estão localizados em áreas do sul da Colômbia, fora do controle do governo e controladas pela guerrilha. Mas não são os traficantes que dependem dos cultivos e sim os cultivadores que dependem dos traficantes para vender a sua produção. Na realidade, todo o dinheiro a ser investido no Plano Colômbia vai combater menos de 1% dos responsáveis pelo tráfico. Senão vejamos. Um quilo de base de coca, que é a forma como os cultivadores vendem aos traficantes, vale mil dólares, enquanto que um quilo de cocaína vendida no varejo rende 150 mil dólares. Portanto, o camponês cultivador participa de 0,67% do negócio. Mais de 99% da participação do narcotráfico está em mãos do crime organizado, que se encarrega de distribuir a droga nos EUA e na Europa. No entanto, 82% do dinheiro que provém dos EUA para o Plano Colômbia está destinado a combater, fumigar indiscriminadamente e arrasar as regiões de camponeses pobres dependentes dos cultivos.

Adverso - A guerrilha participa do narcotráfico?

González - O general McCaffrey diz que os traficantes gastam US\$ 500 milhões anuais para sustentar a guerrilha. Em termos muito conservadores, e considerando somente a cocaína, a capacidade de exportação de droga da Colômbia é de 500 toneladas por ano. Assumindo um 20% de retenção, ficam 400 toneladas para serem distribuídas nas ruas de países desenvolvidos, que rendem US\$ 50 bilhões. Desse montante, calcula-se que 5% retornam à Colômbia, ou seja, US\$ 2,5 bilhões. Com base na cifra de US\$ 50 bilhões produzidos pelo tráfico, as Farc ganhavam 1% do valor que os traficantes movimentam, só em cocaína. A conclusão é, portanto, que 82% da ajuda militar estão direcionadas para golpear os cultivadores, que se beneficiam com 0,67% do negócio e os insurgentes que, em tese, apropriariam de 1% do ganho dos narcotraficantes. Não existe nenhuma estratégia para golpear

os responsáveis por 99% do tráfico de drogas que saem da Colômbia. Aí é que está o problema: o Plano pode produzir efeito contrário ao pretendido, que seria alcançar a paz e melhorar a situação dos direitos humanos. Nenhum analista político sério parece duvidar que o Plano aumentará o conflito bélico e exacerbará a sistemática violação de direitos humanos que faz da Colômbia o país mais violento do mundo. A média é de 77 assassinatos para cada 100 mil habitantes. Também é o com maior número de desalojados internos por causas políticas, com 1,5 milhão de pessoas, apenas superado pela Ruanda. Também é o país onde morre o maior número de jornalistas e de juizes no mundo. Além disso, a Colômbia tem altos níveis de imigração. De cada dez colombianos que saem para o exterior, três não voltam. Só pela expectativa da escalada militar no sul da Colômbia já houve duas mil pessoas que procuraram refúgio no Equador nos últimos dois meses. A perspectiva é que esse número cresça geometricamente, afetando países vizinhos, entre eles o Brasil, podendo superar as 500 mil pessoas.

" Plano Colômbia vai combater menos de 1% do tráfico "

Adverso - As Farc existem há 36 anos. São especialistas na selva amazônica e Andes colombiano, mas nunca tiveram um inimigo tão poderoso como os Estados Unidos, que vai doar US\$ 1,3 bilhão, o maior volume de dinheiro norte-americano já investido na América Latina. Na sua opinião, podemos ter um novo Vietnã?

González - De fato, as Farc não ficarão quietas. Eles estão se preparando para isso. Os Estados Unidos não vão mandar marines, porque a população americana não vai apoiar. Eles estão utilizando outro artifício, que é usar as próprias forças armadas colombianas. E, se for possível, outras forças armadas do continente, como as do Peru e do Equador. Dificilmente, vai haver uma intervenção direta dos Estados Unidos. Logo, não teria como ser um novo Vietnã.

Adverso - As Farc dizem que o governo e as elites colombianas são corruptos e têm ligação com o narcotráfico. Até que ponto isso é verdade?

González - Na Colômbia, digamos que o tráfico permeia tudo, até o governo.

Adverso - Os conflitos devem ocorrer a pelo menos mil quilômetros da fronteira brasileira, mas dois

elementos também preocupam o País. Um é a possibilidade de transferência de plantações de coca para o Brasil. Outro é a possível utilização de um fungo transgênico para destruir as plantações, o que poderia provocar uma catástrofe ambiental na floresta amazônica. Essa preocupação é procedente?

González - Isso tem que ser denunciado à comunidade internacional. O fungo transgênico, que é usado em herbicida, foi proibido nos EUA. Agora, querem aplicá-lo na Colômbia. O problema é que ele será espalhado via aérea, podendo contaminar rios e a própria floresta amazônica. Além disso, ele tem alta mutagenicidade, como foi comprovada por pesquisadores americanos. Na verdade, ninguém sabe o que pode acontecer com este fungo na Amazônia. Ele pode atingir 200 espécies diferentes de plantas... Um jornalista colombiano comparou esse fungo com um Frankstein. E o pior não é o que se conhece dele, mas o que se desconhece sobre ele.

Adverso - Que papel o Brasil vai desempenhar no Plano Colômbia? Por enquanto, a informação é que o governo brasileiro teria se negado a participar. Negou-se inclusive a emprestar os radares brasileiros que ficam na Amazônia e aeroportos, que seriam a única forma de vigiar a floresta colombiana.

González - O Brasil tem um importante papel. Primeiro: denunciar perante a comunidade internacional que vai haver um massacre. Disso aí, não há dúvida. E tudo para barrar o consumo de droga nos EUA. Quer dizer: para isso, vão acabar com meia população da Colômbia... Segundo, que haverá guerra biológica e ninguém sabe quais serão as consequências.

Adverso - Desde muito tempo que habita o imaginário brasileiro uma invasão da Amazônia pelos americanos. Seria este um segundo passo do Plano Colômbia?

González - Pode ser o momento, pode ser a oportunidade que os Estados Unidos estavam precisando para invadir a Amazônia. Este é outro aspecto importantíssimo que eu acho que pouca gente está vendo: os Estados Unidos têm um motivo, um argumento para entrar na Amazônia. É muito provável que o tráfico se desloque mais da parte andina para a Amazônia. Se os Estados Unidos estão querendo atacar os cultivos que estão ao sul, então simplesmente seria uma operação a mais de guerra. Não vão parar. A coisa está nos limites do absurdo que eles pregam que a Amazônia é uma reserva do mundo, de água, de flora e fauna, está querendo destruir esta reserva, utilizando este fungo, que é uma coisa destruidora, ele próprio está se auto-destruindo, e com isso o mundo inteiro.